

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado



Pauta Feminina debate Saúde da Mulher Indígena

Políticas públicas dirigidas à saúde da mulher indígena foi o tema escolhido para a 23ª edição do encontro, no dia 28 de abril, no Plenário 9 da Ala Alexandre Costa do Senado.

A senadora Regina Sousa (PT-PI) coordenou os trabalhos e registrou a importância de se comemorar o dia 19 de abril, Dia do Índio, com ações que de fato transformem a realidade de vida da mulher indígena. “Precisamos cada vez mais conhecer as necessidades em saúde das mulheres e meninas das comunidades para que o Congresso Nacional atue de forma assertiva na formulação de políticas públicas”.

Cerca de 700 mil indígenas vivem hoje em aldeias no Brasil, sendo aproximadamente 322 mil mulheres e dessas 155 mil em idade fértil. Os dados foram trazidos por Viviane Inácio, do Departamento de Atenção à Saúde Indígena (DASI), do Ministério da Saúde.



Bernardino Vitoy, Daiara Tukano, Regina Sousa e Viviane Inácio.

Segundo ela, a política é coordenada por 764 equipes multidisciplinares, com o objetivo de promover ações de imunização, saúde mental, saúde bucal e saúde sexual da mulher indígena. O trabalho é multidisciplinar e dirigido em consideração às demais especialidades do SUS e do programa Mais Medicos.

Daiara Tukano, mestranda em Direitos Humanos, Educação e Cultura de Paz e professora na Secretaria de Educação do GDF, defendeu que a elaboração de políticas públicas seja baseada no

respeito aos conhecimentos e à autonomia dos povos originários. Ela denunciou o avanço de áreas urbanas sobre territórios de saberes tradicionais em saúde e citou como exemplo a aldeia Cariri Xokó, na qual a pajé e cacica Tanoné cultivava uma farmácia viva e há 30 anos habitava parte da área hoje ocupada pelo Setor Noroeste, em Brasília.

Na opinião do especialista Bernardino Vitoy, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), é importante compreender a centralidade do corpo, do idioma e da territorialidade como ponto de partida para formulação de políticas públicas: “Enquanto prevalecer o viés colonizador, as políticas públicas para os indígenas não terão bons resultados”, afirmou.

Juan Alvares, primeiro secretário da Embaixada de Cuba, prestigiou o encontro, ao lado de estudantes, servidores públicos e lideranças políticas.

Parabéns, mãães!



A imagem da mãe indígena, registrada na foto ao lado, representa o abraço da ProMul às mãães brasileiras no dia 8 de maio.

Desejamos que todas sejam respeitadas em sua diversidade cultural, política, étnica, geracional e religiosa e possam compartilhar a vida de forma plena, longe da violência e de todos os tipos de discriminações de gênero.

Lideranças feministas debatem cultura de violência

Mulheres de todo o Brasil prestigiaram o II Diálogo Nacional sobre Violência Doméstica entre os dias 11 e 13 de abril, no Rio de Janeiro-RJ.

Organizado pelo Instituto Avon e pelo Fundo de Investimento Social (ELAS), o encontro debateu iniciativas apoiadas no edital 2016 do Fundo Fale Sem Medo, com o objetivo de formular ações em favor da mudança cultural pelo fim das violações contra as mulheres.

Jurema Werneck, médica, doutora em comunicação e cultura e fundadora da ONG Criola, afirmou que, apesar da Lei Maria da Penha, as mulheres negras continuam sendo assassinadas sem a proteção do Estado e sem amparo do movimento de mulheres. “Onde foi que a gente errou? Como nos últimos 10 anos foi possível que o assassinato de mulheres negras



Organização

Feministas mobilizadas pelo fim das discriminações de gênero.

aumentasse em 54%?”, questionou.

Valeska Zanello, do Instituto de Psicologia da UnB e representante do Conselho Federal de Psicologia no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, levou ao debate questões de saúde mental e gênero. Segundo ela, o dispositivo amoroso é o principal fator de desempoderamento das mulheres. “O amor é identitário para as

mulheres na nossa cultura e não estar em um relacionamento significa fracassar na vida”, concluiu.

O Diálogo reuniu grupos e fóruns feministas, mulheres negras e indígenas de vários estados, como Ceará e Maranhão, e ainda estudiosos do tema, jornalistas, publicitários, defensores públicos, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e entidades dos movimentos sociais.

Pró-equidade de Gênero e Raça chega à 6ª edição

O Senado Federal está entre as 124 empresas públicas e privadas que renovaram assinatura do programa do Governo Federal de incentivo ao compromisso com a igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho.

A cerimônia com participação da diretora-Geral Ilana Trombka aconteceu no Centro de Eventos Brasil 21, em Brasília, no dia 19 de abril, e foi coordenada pela ministra Nilma Lino Gomes, das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos; pela Secretária Especial de Política



Isis Marra

Ilana Trombika, Nilma Lino e Nadine Gasman.

para as Mulheres, Eleonora Menicucci; pela representante da ONU Mulheres, Nadine Gasman, e por Peter Poschen,

diretor da Organização Internacional do Trabalho no Brasil (OIT).

O evento contou com a presença de representantes das empresas ganhadoras, autoridades e funcionários que trabalham no programa.

Nilma Lino destacou avanços importantes obtidos desde a implantação do prêmio, como os códigos de ética revistos, mudanças nos planos de carreira, melhorias nos editais de seleção e empresas que abrangiam nichos que eram tradicionalmente masculinos e deixaram de ser.

Eunice Michilles: vanguarda na representação das mulheres na política



Em 30 de abril comemora-se o Dia Nacional da Mulher. Na oportunidade, a ProMul homenageia a primeira mulher a assumir uma vaga no Senado Federal, em 1979, como representante do estado do Amazonas.

Eunice Michilles tem hoje 86 anos e em nome dela reafirmamos a esperança de que a luta por mais mulheres na política seja vitoriosa, com a aprovação da PEC 134/2015, apreciada pelo Senado e atualmente em análise na Câmara dos Deputados. A proposta garante cotas de vagas para mulheres nos três níveis do Parlamento.

Bancárias da Bahia e Sergipe discutem empoderamento da mulher

O 1º Encontro das Bancárias da Bahia e Sergipe foi promovido pela Federação dos Bancários (Feebbase) na cidade de Saubara, nos dias 2, 3 e 4 de abril.

O evento contou com a presença da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher do Senado Federal, e da deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA).

Estavam presentes representantes de 12 sindicatos da região do Recôncavo Baiano para debater a

realidade da categoria bancária, o papel da mulher na sociedade e a atual situação política do país.

Na Bahia, apenas 12,7% dos cargos eletivos são ocupados por mulheres. O estado possui 52% do eleitorado feminino. Já em Sergipe, as mulheres ocupam 136 dos 899 cargos de representação política, o que corresponde a 15% do total. Segundo Vanessa Grazziotin, que palestrou sobre a “Mulher bancária e equidade de gênero na ascensão a cargos de poder político no Bra-

sil”, o percentual de representação feminina no Congresso Nacional ainda é muito baixo e é importante manter a mobilização para candidaturas de mulheres nas próximas eleições: “principalmente neste momento de crise política e econômica para evitar retrocessos em direitos sociais”, alertou.

Grassa Felizola, diretora de Gênero da Feebbase, disse que o encontro foi importante para debater a emancipação da mulher nos espaços de poder. Segundo ela, “as bancárias da base participaram ativamente dos debates, de forma corajosa e saíram empoderadas do evento inédito na região. Isso foi maravilhoso”, comemorou.

O encontro contou com palestra de Petilda Vazquez, historiadora, que falou sobre “A mulher como sujeito de realização humana e os desafios no mundo do trabalho”; Adson França, médico, com o tema “Sexo, Eros e Amor”, e Ivânia Pedreira, secretária da Mulher Trabalhadora da CTB, que falou sobre “Mulher e Poder”.



Rita Rebelo

Procuradora da Mulher, Vanessa Grazziotin, fala ao plenário lotado

2016: Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte

A Lei 13.272/16, resultado de projeto de autoria das senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Fátima Bezerra (PT-RN) e do senador Romário (PSB-RJ), relatado pelo senador Hélio José (PMDF-DF), foi sancionada no dia 18 de abril pela presidente Dilma Rousseff.

Fátima Bezerra comemorou a conquista: “a lei será muito importante para enfrentarmos as desigualdades de gênero. Faremos ações pela valorização da mulher

nos jogos olímpicos e paraolímpicos e também nas eleições municipais de outubro. Mobilizaremos lideranças políticas, deputadas estaduais,

vereadoras, entidades femininas e atletas em todo o Brasil para benefício do protagonismo do nosso valioso contingente feminino”.





Patrulha Maria da Penha para combater a violência contra a mulher

Liderança do PT no Senado



A Lei Maria da Penha previu uma série de mecanismos de salvaguarda às mulheres em situação de violência, mas estatísticas demonstram que os agressores continuam praticando atos violentos, mesmo após o deferimento de medidas protetivas.

Para amparar e proteger essas mulheres, apresentei proposta para instituir a Patrulha Maria da Penha em âmbito nacional. A patrulha foi idealizada para evitar a resistência ao cumprimento da lei e, conseqüentemente, para garantir às mulheres com medidas protetivas a preservação de seu direito à vida e da sua saúde física e mental.

Acompanhei o lançamento deste programa em Curitiba e os resultados são muito positivos. A reincidência dos crimes de violência contra a mulher caiu a zero entre aquelas acompanhadas pelo serviço da Guarda Municipal.

Os números da violência contra a mulher ainda são assustadores no Brasil. Um estudo do DataSenado aponta que, no Brasil, mais de 13,5 milhões de mulheres já

sofreram algum tipo de agressão, o equivalente a 19% da população feminina com 16 anos ou mais.

As estatísticas só reforçam a necessidade de institucionalizar essa ação. Aliada a outros avanços recentes, como a Lei do Feminicídio e a Casa da Mulher Brasileira, daremos mais alguns passos na luta constante que fazemos para ampliar e humanizar as estratégias de acolhimento e proteção à mulher vítima de violência.

O projeto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos do Senado e agora aguarda a apreciação pela Comissão de Constituição e Justiça.

*Gleisi Hoffmann (PT-PR),
presidente da Comissão de Assuntos
Econômicos do Senado (CAE).*



Artigo

Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero no Senado Federal

Em março de 2015, a Diretora-Geral do Senado, Ilana Trombka, considerando a necessidade de promover a isonomia de direitos entre homens e mulheres na Casa, resolveu instituir o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero. Após um ano de trabalho, o Comitê, em parceria com a Procuradoria da Mulher e outros setores do Senado, produziu ampla e diversa programação para celebrar o Dia Internacional da Mulher. O ano do empoderamento da mulher no esporte e na política foi inaugurado com a exposição "Mulheres de Ouro", na qual servidoras foram fotografadas em

atividades esportivas, algumas das quais considerada tradicionalmente esportes masculinos.

Março foi um mês intenso, no qual a mulher esteve em pauta no Senado, com a entrega do Prêmio Bertha Lutz; sendo o foco das audiências públicas da Comissão Permanente Mista de Combate a Violência contra a Mulher; emocionando-se com a artista Elisa Lucinda, com suas poesias sobre a condição vulnerável a que estão sujeitas muitas mulheres ainda hoje; e refletindo com o projeto Pautas Femininas, no qual a servidora Mariana Jacob usou humor para abordar o machismo, o servidor

Rodrigo Brum abordou o papel do homem nas tarefas do cuidado e a servidora Maria da Conceição Alves tratou da relevância do debate sobre gênero.

Sem dúvida, a agenda de março demonstrou a necessidade da instituição do Comitê pela Promoção da Igualdade no Senado, mas ainda é preciso avançar e, cada vez mais, discutir a mudança do estigma que determina para a mulher um papel que não seja o que ela deseja cumprir.

Por Roberta Viegas e Mariana Jacob, servidoras do Senado Federal e integrantes do Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero.

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Milena Flores

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Rodrigo Melo/SERVSO

Textos e edição: Rita Rebelo, Paula Bento e Ramíla Moura

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal, Anexo II, Primeiro Andar
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.gov.br/institucional/procuradoria